Nome: **Sala:**

Documento de identidade:

Inscrição: Sequência:

Local de prova:

PREFEITURA DE
ALEXÂNIA

CONCURSO PÚBLICO - NÍVEL SUPERIOR

106: CONTROLADOR INTERNO

Provas Objetivas e Discursivas

Instruções **MANHÃ**

- **Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo.**
- **Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 120 (cento e vinte) itens, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"A sabedoria é a coisa principal"

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva **folha de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas**, sua **folha de texto definitivo** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar a prova, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- **Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.**
- **É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.**

Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

Instituto ibest

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.
A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

O termo negacionismo é geralmente utilizado para se referir a contestações de consensos científicos a partir de argumentos pouco embasados.

De fato, a ciência não é construída a partir de verdades absolutas. Karl Popper, um dos mais influentes filósofos da ciência do século XX, estabelece a falseabilidade como característica fundamental dessa forma de conhecimento. Isso significa que uma teoria só pode ser considerada científica se existir a possibilidade de ela ser provada falsa quando submetida a testes. Para contestar uma tese bem estabelecida cientificamente, é necessário criar teorias que expliquem a realidade melhor do que as atuais. Para tanto, deve-se utilizar o chamado método científico.

Uma característica do negacionista é justamente não utilizar bem esse método, lançando mão de dados pouco consistentes para defender suas teorias, alguns dos quais não podem ser sequer testados e demonstrados.

Quando se aponta essa fragilidade, os negacionistas costumam recorrer à estratégia de desacreditar os cientistas, acusando-os de possuir interesses escusos ou de defender determinada agenda política.

Diferentemente de negacionismos como o terraplanismo, que em geral é quase inofensivo, o negacionismo climático pode ter consequências graves.

Caso nada seja feito em relação à emergência climática, fenômenos como o aumento do nível dos oceanos e a maior frequência de eventos climáticos extremos (ondas de calor intenso, chuvas bem acima da média etc.) causarão fortes impactos sobre a humanidade em relativamente pouco tempo.

Ricardo Grandi Bianco. Internet: politize.com.br (com adaptações).

Julgue os itens de **1** a **12**, em relação às ideias do texto.

1 De acordo com o texto, ainda que bem embasada cientificamente, uma teoria pode ser refutada por outra tese científica.

2 Entende-se da leitura do texto que os negacionistas não se preocupam com a consistência dos dados que utilizam para defender suas teses contra teorias científicas.

3 Conforme exposto no texto, a adesão dos cientistas a determinado posicionamento político é um dos motivos do descrédito à ciência.

4 Infere-se da leitura do texto que o negacionismo climático constitui um empecilho para a tomada de providências imediatas em relação à crise climática.

5 No quarto parágrafo do texto, a expressão “essa fragilidade” (linha 10) é empregada em referência à característica mencionada, no parágrafo anterior, a respeito do negacionista.

6 No segundo período do segundo parágrafo do texto, a oração introduzida pelo vocábulo “se” (linha 5) expressa uma circunstância de condição em relação à oração anterior, à qual se subordina.

7 Estaria mantido o sentido original do texto caso o elemento de coesão “Para tanto” (linha 7) fosse substituído por Portanto.

8 O vocábulo “sequer” (linha 9), na oração em que se insere, tem o mesmo sentido de senão.

9 Na linha 11, a palavra “escusos”, empregada como atributo do termo “interesses”, poderia ser substituída, sem prejuízo da coerência das ideias do texto, pelo vocábulo **suspeitos**.

10 Dadas as relações sintático-semânticas do último período do segundo parágrafo, é correto afirmar que, após o vocábulo “as”, no trecho “melhor do que as atuais” (linha 7), está subentendido o termo realidades.

11 Os vocábulos “bem” (linha 6) e “pouco” (linha 8) classificam-se gramaticalmente como advérbios e expressam circunstância de intensidade.

12 Estaria mantida a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso fosse inserida uma vírgula após a forma verbal “significa” (linha 5).

Julgue os itens **13** e **14**, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

13 Informamos que cumprido as formalidades necessárias, o processo será encaminhado a apreciação da Comissão Técnica, a qual cabe a emissão de parecer.

14 Esclarecendo a propósito, que a capacitação dos servidores será feita a distância, via Internet, fora do horário de trabalho, e os módulos de aprendizagem e avaliação estarão disponíveis no ambiente virtual.

Julgue os itens de **15** a **18** que versam acerca do sistema operacional Windows 8, do programa Microsoft Excel 2016 e dos conceitos de redes de computadores.

15 Após a instalação do Windows 8, por padrão, ele insere na tela inicial atalhos para programas e serviços.

16 O Windows 8 não permite executar (reproduzir) arquivos de música no formato mp3.

17 No Excel 2016, a função "PROCV" é usada para calcular a média aritmética de um intervalo de células em uma planilha.

18 Em redes de computadores, o cabeamento estruturado tem como objetivo manter a rede física organizada e padronizada, seja nas empresas ou nas residências, com o uso de conectores e cabos.

Julgue os itens de **19** a **22** quanto ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de segurança da informação.

19 No Firefox, o recurso Sync tem como função principal otimizar o navegador, eliminando o cache e os cookies temporários automaticamente a cada sessão.

20 Um arquivo se constitui de seu próprio conteúdo e de atributos, os quais não variam independentemente do sistema de arquivos utilizado.

21 Um procedimento de segurança da informação que pode ser adotado em um órgão para bloquear o tráfego não autorizado na rede é implementar firewalls.

22 Uma das violações da segurança da informação, a qual facilita o acesso não autorizado a sistemas e dados confidenciais de uma organização, é realizar o compartilhamento irrestrito de senhas.

Dado que a proposição “Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma” é verdadeira, julgue os itens de **23** a **26**.

23 As proposições “A vaca malhada foi para o mato” e o “Rato roeu a roupa do rei de Roma” são necessariamente verdadeiras.

24 A proposição “A vaca malhada não foi para o mato ou o rato roeu a roupa do rei de Roma” é necessariamente verdadeira.

25 A negação da proposição “Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma” é “A vaca é malhada, foi para o mato, e o rato não roeu a roupa do rei de Roma”.

26 A proposição "Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma" é logicamente equivalente à proposição “Se o rato não roeu a roupa do rei de Roma, então a vaca malhada não foi para o mato.”

Em uma festa de Halloween, todas as mulheres estão fantasiadas de bruxas. Algumas delas usam chapéus de bruxa, enquanto outras carregam vassouras de bruxa. Com base nas mulheres presentes na festa, constatamos o seguinte:

- 75% estão usando chapéus de bruxa.
- 45% estão carregando vassouras de bruxa.
- 8 mulheres estão fazendo ambas as coisas, ou seja, usando chapéus de bruxa e carregando vassouras de bruxa.

Com base nessas informações, julgue os itens **27** a **30**.

27 Há mais de 50 mulheres nessa festa.

28 Ao selecionar uma mulher dessa festa ao acaso, a probabilidade de ela estar usando um chapéu de bruxa e carregando uma vassoura de bruxa é de 15%.

29 O número de divisores inteiros do número de mulheres que usam apenas chapéu de bruxa nessa festa é igual a 8.

30 O menor múltiplo comum entre o número de mulheres que usam chapéu de bruxa e o número de mulheres que usam vassoura de bruxa nessa festa é igual a 110.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito de ética e de moral, julgue os itens **31** e **32**.

31 A moral se insere no espectro teórico, configurando-se como uma reflexão mais abstrata sobre os conceitos fundamentais que norteiam o comportamento humano.

32 O simples cumprimento da lei não garante automaticamente a adoção de uma postura ética por parte das pessoas.

Julgue os itens de **33** a **35** acerca de ética e função pública, ética no setor público.

33 A moralidade concentra-se na diferenciação entre o que é considerado correto e incorreto.

34 A consolidação da moralidade no ato administrativo do servidor público reside no equilíbrio entre a legalidade e a finalidade.

35 Quando um agente público, no desempenho de suas funções, deixa um cidadão à espera de uma solução, configura-se um dano moral para o usuário dos serviços públicos.

Acerca de improbidade administrativa nos termos da Lei n.° 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens de **36** a **40**.

36 O agente público que obstrui a legalidade de um processo licitatório ou de seleção para parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou os dispensa indevidamente, comete ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

37 A conduta de um agente público que autoriza a utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou materiais de qualquer natureza, configura um ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

38 A caracterização da improbidade administrativa por enriquecimento ilícito demanda a comprovação do dolo específico do agente infrator, não sendo admitida uma forma culposa.

39 O servidor público que, de maneira direta ou indireta, recebe vantagem econômica em virtude de omissão no cumprimento de suas atribuições como agente público incorre em ato de improbidade administrativa.

40 Caracteriza-se como ato de improbidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, toda ação ou omissão, seja dolosa ou culposa, que transgrida os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Um exemplo dessa transgressão inclui a negação de publicidade aos atos oficiais.

Com base na Lei n° 12.527/2011 e suas alterações, julgue os itens de **41** a **45**.

41 Estabelecer sigilo em informações com o intuito de obter benefício pessoal ou em favor de terceiros representa uma conduta ilícita que implica na responsabilização do agente público ou militar.

42 O Ministério Público divulga informações de interesse coletivo por ele produzidas somente mediante requerimento formal de qualquer cidadão.

43 Todos os municípios brasileiros têm a obrigação de disponibilizar na Internet informações sobre sua estrutura organizacional, incluindo endereços e telefones das unidades, assim como os horários de atendimento ao público.

44 A realização de audiências ou consultas públicas constitui uma maneira de garantir o acesso às informações.

45 Quando se referir ao acesso à informação contida em um documento cuja manipulação possa comprometer sua integridade, a opção de consulta por meio de cópia deverá ser disponibilizada, acompanhada de certificação que ateste a conformidade desta com o original.

De acordo com a Lei Orgânica do município de Alexânia, julgue os itens de **46** a **53**.

46 Compete privativamente ao município de Alexânia manter programas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio sem interferência técnica ou financeira da União ou do Estado.

47 É competência privativa do município de Alexânia proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à tecnologia.

48 O município de Alexânia tem a responsabilidade de complementar a legislação federal e estadual, na medida do possível, de acordo com seus interesses específicos. O objetivo é ajustar essas normativas à realidade local.

49 Compete ao município de Alexânia autorizar a realização de cultos religiosos ou a fundação de igrejas, subsidiá-los, interferir em seu funcionamento ou estabelecer relações de dependência ou aliança com eles ou seus representantes.

50 É vedado ao município de Alexânia efetuar a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro e antes de transcorridos noventa dias a partir da data de publicação da lei que os instituiu ou promoveu seu aumento.

51 A Lei Orgânica do município de Alexânia define plebiscito ou referendo como consultas dirigidas à Câmara Municipal para que ela delibere sobre assuntos de notável importância, de cunho legislativo ou judiciário.

52 A proposição de projeto de lei referente à criação, incorporação, fusão ou desmembramento de distrito poderá ser originada pelo Prefeito de Alexânia ou por qualquer vereador da cidade.

53 É proibida a delegação recíproca de atribuições entre os Poderes Municipais, exceto nos casos expressamente previstos nesta Lei Orgânica.

Com relação ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Alexânia/GO, julgue os itens de **54** a **60**.

54 O servidor público efetivo é aquela pessoa legalmente investida em cargo público, independente da forma de provimento.

55 A readaptação é a modalidade de provimento que possibilita, mediante o cumprimento dos requisitos legais, o retorno à atividade de um servidor aposentado, seja no interesse da administração ou devido à ausência de fundamentos que justificaram a aposentadoria por invalidez.

56 A exoneração resulta na vacância do cargo público e pode ocorrer por solicitação do servidor ou de ofício.

57 A licença por motivo de doença em pessoa da família, incluindo as prorrogações, poderá ser concedida a cada intervalo de doze meses, por um período de até trinta dias, de forma consecutiva ou não, com direito ao vencimento.

58 O registro da penalidade de advertência será cancelado após o cumprimento de cinco anos de efetivo exercício no cargo público, independentemente de o servidor público ter cometido nova infração disciplinar durante esse período.

59 Determinado servidor público ausentou-se do serviço, sem justificativa, por um total de trinta dias, de forma intercalada, ao longo de doze meses. Essa condição caracteriza abandono de cargo público.

60 No caso de investigação de abandono de cargo público ou inassiduidade habitual, é necessário instaurar um processo administrativo disciplinar por meio do procedimento sumário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do Controle Interno, julgue os itens de **61** a **75**.

61 Diversos autores vêm aumentando o nível de abrangência dos controles internos, por constituírem um processo que envolve toda a organização. Um objetivo que atende a diversas instâncias é representado pela observação do alinhamento das ações ao direcionamento estratégico.

62 Princípios de controle interno são concepções com vistas ao atingimento de objetivos específicos. Neste sentido, a segregação de funções visa separar as funções de autorização e de aprovação, para evitar que uma mesma pessoa detenha competências que concentrem tarefas que facilitem o encobrimento de irregularidades.

63 Constituem objeto do exame da auditoria os sistemas eletrônicos de processamento de dados, seus inputs e outputs, visando tanto a eficiência na utilização dos equipamentos (hardware) quanto a segurança lógica e a confiabilidade nos sistemas (software).

64 No nível da administração e política internas, a discussão sobre a ética focaliza especialmente as relações da empresa com seus empregados. Deste modo, é importante indagar sobre a participação dos funcionários nas decisões que afetam a empresa e quais são as obrigações recíprocas.

65 Os princípios da governança corporativa no chamado conflito de agência. O acionista ou proprietário contrata executivos para administrar a empresa. Os proprietários agem em seu próprio benefício, em detrimento dos investidores. Isto se aplica inclusive às organizações governamentais.

66 Controle Interno deve constituir uma unidade administrativa própria, com independência funcional, diretamente vinculada ao chefe de cada Poder, sem outra subordinação; com quadro próprio de servidores concursados.

67 As técnicas de avaliação de riscos consideram os controles como as ferramentas de sua gestão e monitoração. Pelos atuais paradigmas, deve-se preferir uma postura proativa em vez de reativa, identificar problemas nas pessoas e não nos processos, e priorizar os controles administrativos em lugar dos contábeis.

68 A avaliação de riscos, subsequente à análise de riscos, visa à decisão sobre quais merecem atenção e que medidas devem ser adotadas para preveni-los ou evitá-los. A partir dessas conclusões, pode-se optar por reduzir ou eliminar os controles existentes..

69 As atividades de controle são essencialmente de duas naturezas: de detecção e prevenção. A alçada, por exemplo, se enquadra como de detecção, ao predeterminar limites dentro dos quais o servidor ou empregado pode aprovar operações, como no caso de emitir um empenho ou autorizar um empréstimo.

70 Partindo do pressuposto de que a informação é um ativo da organização, é necessário criar um ambiente de controle para proteger esse ativo, sobretudo em razão de os slstemas de informações concentrarem dados que podem ser acessados facilmente por grande número de pessoas e por grupos externos à organização.

71 A carta de acompanhamento é um documento em que o auditor solicita ao auditado a implementação de recomendações, fixando prazos. No caso de recomendações contestadas, devem ser reavaliados os questionamentos, para que o auditor retifique seus posicionamentos.

72 O controle de qualidade no Sistema de Controle Interno compreende a revisão dos trabalhos realizados com base nas normas e objetivos previamente estabelecidos. O intuito é identificar e localizar as falhas ou distorções existentes no planejamento, na execução e na comunicação dos resultados.

73 Um dos requisitos do relatório de auditoria é que sua redação seja construtiva. Isto significa dizer que a informação deve recomendar as providências com vistas a melhorar a gestão financeira e operacional da entidade, com linguagem clara, objetiva e precisa, sem adjetivações ou comentários ofensivos.

74 *Compliance*, que pode ser entendida como aderência à conformidade, é uma categoria de atividades de controle que consiste em monitorar o nível de adesão às políticas governamentais, em utilizar sistemas de revisão e aprovação, e em conceder efetividade à atuação da auditoria externa ou independente.

75 O *compliance* pode ser entendido como um sistema de gestão destinado à prevenção, detecção e correção de quaisquer desvios, fraudes, atos ilícitos ou irregularidades, geralmente envolvendo casos de corrupção, obrigações trabalhistas, fiscais, regulatórias, concorrenciais, entre outros.

Julgue os itens de **76** a **90** acerca de Controle Externo.

76 O controle externo é exercido diretamente pelo Poder Legislativo, por meio de atos que são de sua competência constitucional, como, por exemplo, o Senado Federal, autorizando operações externas de natureza financeira, de interesse dos entes federativos, ou indiretamente, por meio dos tribunais e conselhos de contas, como órgãos auxiliares.

77 O controle interno, diferentemente do externo, é exercido no âmbito de cada Poder, aplicando-se a quaisquer casos de utilização de recursos públicos, inclusive pessoas e entidades da esfera privada, alargando sua abrangência anteriormente focada essencialmente na legalidade e em aspectos formais.

78 O controle externo dos Municípios é exercido pelas respectivas Câmaras de Vereadores, com o auxílio dos Tribunais ou Conselhos de Contas. Se esse órgão for de âmbito estadual, o parecer prévio sobre as contas só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Parlamento municipal.

79 A decisão terminativa do TCU em processo de tomada ou prestação de contas implica o trancamento das contas consideradas iliquidáveis. Transcorridos cinco anos e tornando-se materialmente impossível o julgamento por omissão ou negligência do administrador, as contas serão encerradas sem exame do mérito.

80 A chamada Lei Anticorrupção responsabiliza administrativa e civilmente as pessoas jurídicas por atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, mas não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural envolvida em ato ilícito. A solidariedade se estende às relações de controle, coligação e mesmo meramente contratuais.

81 As agências reguladoras, como autarquias de regime especial, gozam de certa margem de independência em relação aos três Poderes do Estado. Como entidades reguladoras, não estão sujeitas à tutela ou controle administrativo pelo Ministério a que se acham vinculadas, e suas decisões não são passíveis de revisão pelo Judiciário.

82 Ao enunciar os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, mas não importam enriquecimento ilícito nem causam prejuízo ao erário, a Lei não autoriza cogitar do elemento subjetivo que motiva essas condutas, sendo todas presumivelmente dolosas.

83 A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de bens, cuja variação será atualizada na data em que deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

84 O controle jurisdicional é mediato, dependente de provocação, incidindo diretamente sobre a legalidade da atividade administrativa questionada, entendendo-se a legalidade não só a conformação do ato com a lei, mas também com a moral administrativa e com o interesse coletivo.

85 O sistema da jurisdição una, assim como ocorrido na jurisdição dual, toma como referência a hierarquização dos tribunais, de tal sorte que seja possibilitada a revisão, por meio de recursos, de decisões passíveis de reforma.

86 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial. Entre as ações que poderão ser ajuizadas para aplicação de sanções às pessoas jurídicas infratoras consiste na intervenção ou encampação e designação de novos administradores.

87 A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece várias formas de controle da atividade financeira do Estado, entre as quais o estabelecimento pela lei orçamentária anual de que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada, acrescida dos respectivos encargos, não supere a variação do índice de preços.

88 O Tribunal de Contas tem a prerrogativa de sustar a execução de contratos, indicando ao Executivo as medidas cabíveis. Não adotadas essas providências, caberá diretamente ao Congresso Nacional deliberar a respeito.

89 Um dos princípios gerais de controle interno consiste no rodízio de servidores, entre as diversas atividades e, assim, tornarem-se dotados dos conhecimentos condizentes com as demandas de controle e com as áreas de atuação.

90 Verificar se os programas/projetos previstos no PPA constam da LOA e da LDO é um dos tipos de controles específicos relativos à gestão fiscal, como preconizado nas normas do TCM de Goiás.

No que diz respeito às leis federais n.os 8.666/1993, 10.520/2020, e 14.133/2021, julgue os itens de **91** a **95**.

91 A Lei nº 14.133/2021 permite a dispensa de licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

92 De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, é dispensável a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

93 Ao contrário do que prevê a Lei n.º 8.666/1993, a Lei n.º 14.133/2021 não veda a criação de outras modalidades de licitação, embora vede a combinação das modalidades já criadas.

94 De acordo com a lei n.º 14.133/2021, no julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas de preço e, em seguida, as propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, na proporção mínima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

95 Segundo a Lei n.º 10.520/2002, durante a fase externa do pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.

Quanto à Instrução Normativa (IN) n.º 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SP/MP), julgue os itens de **96** a **99**.

96 A prestação de serviços de que trata não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

97 As repactuações contratuais resultam em impedimento para que as partes solicitem a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos.

98 O interregno de um ano para a primeira repactuação contratual deverá ser contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado; ou da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

99 O preposto da empresa deve ser designado pela contratada em até 15 dias após o início da prestação dos serviços.

Em relação à Instrução Normativa (IN) do TCM/GO n.º 10/2015, julgue os itens **100** e **101**.

100 As leis que instituírem o PPA, a LDO e os orçamentos anuais dos Municípios de Goiás deverão, após remetidos pela internet, deverão ser protocolizados em um processo na sede do TCM/GO até 31/1 do exercício a que se referirem, para registro e acompanhamento.

101 Deverão ser protocolizados no TCM/GO, para fins de acompanhamento e registro, os editais de concurso público e de processo seletivo público para seleção e admissão de pessoal, devidamente publicados, acompanhados da legislação atinente, com antecedência mínima de sessenta dias antes da data da realização das suas provas.

Quanto à Instrução Normativa (IN) do TCM/GO n.º 9/2023, julgue os itens **102** e **103**.

102 Os entes jurisdicionados que atenderem a Lei federal nº 14.133/2021 deverão obrigatoriamente adotar o catálogo do Poder Executivo Federal, mediante ato próprio.

103 Durante a instrução da fase preparatória dos processos de licitação, o documento de formalização da demanda deverá conter a justificativa da necessidade da contratação; a descrição sucinta do objeto; a quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual; e o prazo da contratação, entre outras informações.

No que tange à elaboração e fiscalização dos contratos, julgue os itens **104** e **105**.

104 Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o órgão ou entidade deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

105 As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato que as enviará ao superior em tempo hábil para a adoção de medidas saneadoras.

Em relação ao orçamento público — conceito, técnicas, princípios, ciclo e processo orçamentário —, julgue os itens de **106** a **109**.

106 O orçamento moderno, em contraposição ao orçamento tradicional, reforça a importância do seu aspecto econômico como instrumento de política fiscal do governo.

107 O princípio orçamentário do equilíbrio, do ponto de vista material, conforme adotado pela Constituição Federal de 1988, desconsidera a origem das receitas e das despesas do orçamento público, bastando a igualdade entre os seus montantes para ser atendido.

108 Segundo a técnica do orçamento base-zero, as ações de um programa governamental constituiriam unidades de decisão, cujas necessidades de recursos seriam avaliadas em pacotes de decisão, que devem ser analisados e ordenados.

109 Em âmbito federal, a apreciação dos projetos de leis orçamentárias e dos créditos adicionais será feita pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, após apreciação por comissão mista permanente.

Quanto ao orçamento público no Brasil — sistema de planejamento e de orçamento federal, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática, e créditos ordinários e adicionais —, julgue os itens de **110** a **112**.

110 A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

111 A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política tributária e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, disporá sobre as alterações na legislação fiscal e estabelecerá a política de amortização das agências financeiras oficiais de fomento.

112 A lei orçamentária anual, desde sua publicação, discrimina em seu conteúdo, de forma específica, os créditos ordinários e suplementares, com os seus montantes autorizados.

Em relação à receita pública, julgue os itens **113** e **114**.

113 As receitas orçamentárias compreendem as receitas que pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, e lhe aumentam o saldo financeiro, e não se confundem com os recursos em que o Estado é mero depositário, e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

114 A etapa de arrecadação da receita se traduz na entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente, com a posterior transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

No que diz respeito à despesa pública, responda aos itens de **115** a **118**.

115 Na classificação funcional da despesa, a matricialidade permite que subfunções possam ser combinadas a funções diferentes daquelas as quais estão diretamente relacionadas.

116 Segundo a Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação importe aumento do capital; e a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos sem caráter comercial ou financeiro são denominadas inversões financeiras.

117 Quando não for possível determinar previamente o montante a ser pago de uma despesa pública, tal como uma despesa com água ou energia elétrica, deverá ser realizado o empenho por estimativa.

118 Os restos a pagar são despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como as despesas de exercícios anteriores com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, que poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Quanto à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os itens **119** e **120**.

119 Na esfera municipal, as despesas com pessoal não poderão exceder a 60% da receita corrente líquida em cada período de apuração, sendo que desse percentual, 54% corresponde a parte do Poder Executivo.

120 O ente federativo que desejar fazer uma transferência voluntária para outro deverá comprovar que o beneficiário que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos, e que cumpra os limites constitucionais relativos a educação e saúde, mas não é necessária a previsão orçamentária de contrapartida.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Segundo dados da plataforma gov.br, dos quase 4.500 serviços públicos digitais oferecidos pela administração pública para cidadãos e empresas, cerca de 4.000 já possuem trâmite totalmente digital e podem ser acessados pelo computador ou por smartphones. A economia anual estimada com esses processos é de R$ 4,6 bilhões nos últimos três anos e meio. Esse resultado parece indicar que as tecnologias digitais trazem maior eficiência e qualidade à atuação do setor público, o que atende à demanda dos cidadãos por um governo que seja acessível, simples e rápido. O crescimento da demanda acelerou a oferta de serviços digitais em todas as regiões do Brasil e nas três esferas de governo.

Internet: republica.org (com adaptações).

A transformação digital vai além da simples digitalização de serviços e processos; exige uma contínua mudança cultural, organizacional e operacional dos serviços públicos em resposta às necessidades da população. Isso significa que os recursos humanos devem estar no centro da digitalização, desde o desenho das soluções até a prestação do serviço, garantindo sempre a equidade de acesso. Para que isso ocorra, as pessoas que atuam dentro dos serviços públicos são fundamentais, desde as que integram a equipe de transformação digital que gere esse processo, até uma equipe que promova a utilização diária de ferramentas digitais.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Internet: iadb.org (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Serviço público na era digital

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) plataformas digitais de comunicação com o público; **[3 pontos]**
b) oferta de serviços digitais, relacionados a direitos, saúde, educação e segurança pública; **[3 pontos]**
c) impactos positivos dos serviços digitais na sociedade. **[3 pontos]**

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Instituto ibest

ACOMPANHE O IBEST NAS REDES SOCIAIS

institutoibest

institutoibest

institutoibest